

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM EMPREGO**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DAS MISSÕES**

**CARGO****C**ontador**12-04-15**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo ..... 25 questões
- Legislação ..... 5 questões

**ATENÇÃO**

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  - a. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  - b. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 4h (quatro horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!****Nº DE INSCRIÇÃO****NOME**

**C**onhecimentos Específicos

1. Na apuração de resultados de uma entidade, ao utilizar-se o regime de competência, está correta a descrição contida na alternativa:
  - A.( ) São computados todos os tipos de receitas do período e as receitas antecipadas.
  - B.( ) As despesas antecipadas são atribuídas ao resultado da data do evento que lhes deu origem.
  - C.( ) São reconhecidas no resultado as depreciações e as receitas à vista.
  - D.( ) Não são reconhecidas as despesas provisionadas.
  
2. De acordo com a Lei, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, pertencem ao exercício financeiro:
  - A.( ) somente as despesas legalmente liquidadas.
  - B.( ) somente as despesas pagas.
  - C.( ) as receitas de tributos, cujo fato gerador já tenha ocorrido e mesmo que não arrecadadas.
  - D.( ) as despesas legalmente empenhadas.
  
3. De acordo com o art. 38 da Lei 4.320/64, constitui exceção ao regime financeiro de caixa da receita orçamentária o item da alternativa:
  - A.( ) Inscrição da dívida ativa.
  - B.( ) Recebimento de dívida ativa de exercícios anteriores.
  - C.( ) Baixa de restos a pagar como receita orçamentária por cancelamento do empenho assim inscrito.
  - D.( ) Apropriação como receita orçamentária pela conversão de depósito recebido no exercício.
  
4. A despesa orçamentária, de acordo com a Lei 4.320/64, deve ser processada em estágios. A respeito desses estágios, julgue os itens a seguir, usando as letras V e F para indicar se são verdadeiros ou falsos. A seguir, marque a alternativa com a sequência correta das letras.
  - ( ) A fixação é, em realidade, o primeiro estágio da despesa orçamentária, a qual é cumprida por ocasião da edição da Lei do Orçamento.
  - ( ) No empenho da despesa, fica criada a obrigação de pagamento, independentemente de quaisquer condições.
  - ( ) É válido o empenho da despesa que exceder o limite dos créditos concedidos por meio de créditos especiais.
  - ( ) Sendo consequência da liquidação a emissão de ordem de pagamento, quando a autoridade competente determina que a despesa seja paga, a realização da despesa deve ser considerada como ocorrida com a sua liquidação e não com o seu pagamento.
  - A.( ) V – F – F – F
  - B.( ) V – F – F – V
  - C.( ) F – F – V – V
  - D.( ) F – V – V – F
  
5. Constitui ingresso de recursos, classificado como receita extra-orçamentária, o recebimento de:
  - A.( ) doação recebida em dinheiro.
  - B.( ) impostos arrecadados relativos a exercícios anteriores.
  - C.( ) empréstimo tomado para atender à insuficiência de tesouraria.
  - D.( ) receita de serviços não prevista no orçamento.

6. Considere as informações abaixo, extraídas do balanço financeiro de um ente público, encerrado em 31/12/2014:

Receita Orçamentária .....	R\$ 360.000,00
Despesa Orçamentária .....	R\$ 320.000,00
Saldo do Exercício anterior .....	R\$ 30.000,00
Restos a pagar inscritos no exercício.....	R\$ 20.000,00
Despesas extra-orçamentárias .....	R\$ 60.000,00
Demais receitas extra-orçamentárias.....	R\$ 40.000,00

Com base nesses dados, pode-se concluir que o saldo do balanço financeiro, em 31/12/2014, corresponde ao valor contido na alternativa:

- A. ( ) 40.000,00  
 B. ( ) 70.000,00  
 C. ( ) 50.000,00  
 D. ( ) 30.000,00
7. Analise os dados a seguir referentes às demonstrações contábeis de um ente público, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2014 (em R\$):

Déficit orçamentário executado.....	R\$ 143.000,00
Variações ativas independentes de execução orçamentária.....	R\$ 198.000,00
Variações passivas independentes de execução orçamentária ....	R\$ 170.500,00
Ativo Financeiro em 31/12/2014 .....	R\$ 427.900,00
Ativo Permanente em 31/12/2014.....	R\$ 694.100,00

A partir das informações e dados acima, é possível concluir que o ente público nesse exercício apresentou:

- A. ( ) Ativo Real Líquido positivo.  
 B. ( ) Passivo Real a descoberto.  
 C. ( ) Resultado patrimonial negativo.  
 D. ( ) Passivo Permanente inferior ao Ativo Permanente.
8. Em relação aos princípios orçamentários, é correta a afirmação da alternativa:
- A. ( ) Os orçamentos públicos, ao cumprir múltiplas funções – algumas não técnicas – devem ser apresentados em linguagem clara e compreensível a todos os possíveis usuários das informações neles contidas.  
 B. ( ) A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira relativa à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuadas as autorizações para a abertura de créditos adicionais e a contratação de operações de crédito.  
 C. ( ) O fato de a lei orçamentária anual brasileira ser decomposta em três orçamentos (fiscal, da seguridade social e de investimentos) implica que ela não atende ao princípio da universalidade orçamentária, previsto na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal/1988.  
 D. ( ) Segundo o princípio da não afetação de receitas, é vedada a vinculação de impostos a órgão, fundo ou à despesa, sendo que a Constituição Federal de 1988 fortaleceu esse princípio, ao impedir quaisquer exceções ao mesmo.

9. Considere os seguintes dados:

Ativo Real Líquido em 31/12/2013 .....	R\$ 335.000,00
Déficit Patrimonial de 2014 .....	R\$ 123.000,00
Passivo Permanente.....	R\$ 648.000,00
Ativo Permanente .....	R\$ 720.000,00
Passivo Compensado.....	R\$ 56.000,00

A partir desses dados, extraídos dos sistemas contábeis de um ente público (em R\$), e sabendo-se que o valor do Ativo Financeiro em 31/12/2014 equivalia a 125% do Passivo Financeiro, pode-se afirmar que o valor do passivo financeiro em 31/12/2014, em R\$, foi igual a:

- A.( ) 504.000,00
- B.( ) 544.000,00
- C.( ) 520.000,00
- D.( ) 560.000,00

10. Em relação ao Plano Plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, está correta a afirmação da alternativa:

- A.( ) O plano plurianual, no âmbito dos órgãos da administração indireta, será idealizado de tal forma que sejam aprovados apenas montantes globais, a fim de que essas entidades não sejam prejudicadas em sua autonomia, na gestão legal dos seus recursos.
- B.( ) Na lei orçamentária anual, em determinados casos e desde que aprovado pelo Congresso Nacional, há a possibilidade de concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- C.( ) As emendas propostas pelo Congresso ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
- D.( ) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de um Anexo de Riscos Fiscais, pelo qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

11. Não constitui um exemplo de receita de capital o item da alternativa:

- A.( ) Receita patrimonial.
- B.( ) Receita industrial.
- C.( ) Superávit do orçamento corrente.
- D.( ) Transferências intergovernamentais para despesas correntes.

12. Em relação às Despesas de Exercícios Anteriores, com base no art. 37 da Lei 4.320/64, está correta a alternativa:

- A.( ) Ocorrem quando o credor não cumpriu sua obrigação no prazo para ele estabelecido quando do empenho da despesa.
- B.( ) Ocorrem quando são desembolsadas em exercícios anteriores, mas gerada no exercício corrente.
- C.( ) Decorrem do fato de a empresa não possuir crédito próprio com saldo suficiente para atendê-la no exercício em que forem geradas.
- D.( ) Podem ser consideradas como despesa orçamentária.

13. Existem ocorrências especiais na execução da despesa pública, tais como os suprimentos de fundos e os restos a pagar. A respeito desse assunto, é incorreta a alternativa:
- A.( ) O suprimento de fundos é a modalidade de realização de despesa por meio de adiantamento concedido a servidor, para posterior prestação de contas, quando o pagamento da despesa não for realizável mediante a utilização da rede bancária.
  - B.( ) A entrega do numerário ao servidor, relativa a suprimento de fundos concedido, não será precedida do empenho respectivo, o que somente será efetuado quando da prestação de contas.
  - C.( ) A legislação proíbe, expressamente, a concessão de suprimentos de fundos a servidor declarado em alcance e à responsável por dois suprimentos.
  - D.( ) Os restos a pagar representam as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data do encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.
14. Despesa pública é o somatório dos gastos feitos para a realização de obras e para a prestação dos serviços públicos. Com relação à despesa pública, tendo em vista a Lei n.º 4.320/64 e as lições doutrinárias, está incorreta a alternativa:
- A.( ) A liquidação da despesa consiste no pagamento ou na inscrição em restos a pagar.
  - B.( ) Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
  - C.( ) Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.
  - D.( ) Empenho e liquidação são estágios das despesas públicas.
15. Em relação aos créditos adicionais, é correta a alternativa:
- A.( ) A abertura de créditos especiais somente é permitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de calamidade pública.
  - B.( ) A iniciativa da criação dos créditos adicionais é do Poder Legislativo e sua aprovação depende da chancela do Poder Executivo.
  - C.( ) Os créditos especiais e suplementares podem ser abertos sem indicação da fonte dos recursos correspondentes que os financiarão.
  - D.( ) Os créditos suplementares têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos.
16. Em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, o estado ou o município, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos se ocorrer o descrito na alternativa:
- A.( ) Tiver sua dívida honrada pela União, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, até a total liquidação dessa dívida.
  - B.( ) Exceder os limites de gasto com pessoal.
  - C.( ) Deixar de instituir e arrecadar todos os tributos de sua competência.
  - D.( ) Não cumprir os limites constitucionais relativos a despesas com educação e saúde.
17. O Plano de Contas da Administração Pública no nível classe é:
- A.( ) 1. Ativo; 2. Passivo; 3. Despesa; 4. Receita; 5. Resultado Aumentativo do Exercício e 6. Resultado Diminutivo do Exercício.
  - B.( ) 1. Passivo; 2. Ativo; 3. Despesa; 4. Receita; 5. Resultado Aumentativo do Exercício e 6. Resultado Diminutivo do Exercício.
  - C.( ) 1. Ativo; 2. Passivo; 3. Despesa; 4. Receita; 5. Resultado Diminutivo do Exercício e 6. Resultado Aumentativo do Exercício.
  - D.( ) 1. Ativo; 2. Passivo; 3. Receita; 4. Despesa; 5. Resultado Diminutivo do Exercício e 6. Resultado Aumentativo do Exercício.

18. Num contexto de economia globalizada, mister se faz que as entidades econômico-administrativas se especializem cada vez mais, no sentido de obterem controles eficazes de suas existências, para salvaguardarem os seus ativos e não incorrer em passivos insolváveis. Para tanto, necessitam de pessoas que tenham conhecimentos plenos das teorias, práticas e da legislação acerca de diversos assuntos. Dentre essas entidades, inclui-se o Estado. Diante do exposto, em termos de Contabilidade, assinale, dentre as opções abaixo, o conceito de Contabilidade que a defina com “aspecto” de oficialidade.
- A.( ) Contabilidade é uma metodologia especialmente concebida para captar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa jurídica de Direito Público com fins lucrativos.
  - B.( ) Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativos à administração econômica.
  - C.( ) Contabilidade é a arte de registrar os fatos contábeis.
  - D.( ) Contabilidade é a ciência que pratica o estudo do patrimônio com o fim de apurar o lucro.
19. Assinale a opção incorreta.
- A.( ) A Contabilidade não é aplicada no serviço público.
  - B.( ) Lucro é o resultado da atividade econômica.
  - C.( ) Pelo regime de caixa, o crédito é apurado pelo confronto entre recebimentos e os pagamentos efetuados no decorrer do período administrativo.
  - D.( ) Período administrativo é, em regra, o período de um ano.
20. Quanto ao campo de atuação da contabilidade pública, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras ou falsas, usando as letras V e F. Após, marque a alternativa que apresenta a sequência correta das letras.
- ( ) Abrange as entidades privadas que recebem recursos oriundos de contribuições parafiscais.
  - ( ) Estende-se às pessoas jurídicas de direito público, bem como a algumas de suas entidades vinculadas, não apenas de direito público.
  - ( ) Abrange as fundações e empresas públicas que utilizam recursos à conta do orçamento público.
  - ( ) Visa precipuamente ao controle da aplicação dos recursos públicos provenientes do Tesouro.
  - ( ) Não visa, diferentemente da contabilidade empresarial, ao controle do patrimônio público, mas sim ao controle dos recursos orçamentários disponíveis.
- A.( ) V – V – F – F – V
  - B.( ) V – F – F – V – V
  - C.( ) F – F – V – V – F
  - D.( ) F – V – V – F – F
21. O Princípio Orçamentário que está relacionado com a afirmação: “É vedada a vinculação de impostos a órgãos e despesas”, é o da alternativa:
- A.( ) Universalidade
  - B.( ) Unidade
  - C.( ) Não afetação da Receita
  - D.( ) Exclusividade

22. A observância da Lei Complementar 101/2000 é obrigatória para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes. Essa lei conceitua como empresa estatal dependente:
- A.( ) A Entidade Controlada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
  - B.( ) A Entidade Coligada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
  - C.( ) A Entidade Controlada, que recebe do ente controlador somente recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral.
  - D.( ) A Entidade Coligada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral.
23. Considerando as informações disponíveis, para o registro da Previsão Inicial da Receita Orçamentária, indique o registro contábil **CORRETO**:
- A.( ) Débito      Receita a Realizar  
    Crédito      Receita Fixada
  - B.( ) Débito      Variação Patrimonial Diminutiva  
    Crédito      Variação Patrimonial Aumentativa
  - C.( ) Débito      Receita a Realizar  
    Crédito      Variação Patrimonial Aumentativa
  - D.( ) Débito      Previsão Inicial da Receita Orçamentária  
    Crédito      Receita Orçamentária a Realizar
24. As transferências efetuadas por cooperação financeira, para entidades privadas sem fins lucrativos que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional, são denominados como:
- A.( ) Transferências de Capital.
  - B.( ) Subvenções econômicas.
  - C.( ) Subvenções Orçamentárias.
  - D.( ) Subvenções sociais.
25. Indique os anexos estabelecidos como itens integrantes do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias pela Lei Complementar 101/2000:
- A.( ) De riscos fiscais e dos riscos orçamentários
  - B.( ) De metas fiscais e de riscos fiscais
  - C.( ) Dos resultados esperados e dos ativos contingenciais
  - D.( ) Das projeções atuariais e dos resultados esperados pelas empresas estatais

**L**egislação

26. Conforme se extrai do artigo 6º da Constituição Federal vigente, são direitos dos trabalhadores urbanos e sociais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- A.( ) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sessenta dias, nos termos da lei.
  - B.( ) Licença-paternidade e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de quinze e cento e vinte dias respectivamente.
  - C.( ) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
  - D.( ) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
27. Tendo por base as competências tributárias constitucionalmente previstas, é CORRETO afirmar que:
- A.( ) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar.
  - B.( ) Compete à União instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza.
  - C.( ) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
  - D.( ) Compete aos Estados e ao Município a instituição de imposto sobre transmissão intervivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição.
28. Segundo previsto na Lei n.º 8.666/1993, a modalidade de licitação prevista para quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, é denominada de:
- A.( ) Tomada de preços
  - B.( ) Concorrência
  - C.( ) Convite
  - D.( ) Pregão
29. Determinado servidor público integrante da equipe de contabilidade do Município X, em razão do desconhecimento de nova lei sobre o assunto, em plena vigência há mais de um ano, agiu negligentemente na arrecadação de determinado tributo devido. Nesse caso, em atenção às regras e enquadramentos previstos na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), o agente:
- A.( ) terá praticado ato de improbidade administrativa, causando prejuízo ao Erário.
  - B.( ) terá praticado ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
  - C.( ) terá praticado ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito.
  - D.( ) não terá praticado qualquer ato de improbidade, mas sim mera infração administrativa, ante a ausência de má-fé de sua parte.
30. Considerando as disposições trazidas pela Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa que representa cronologicamente os estágios da execução da despesa pública:
- A.( ) Execução da obra, empenho e liquidação
  - B.( ) Empenho, liquidação e pagamento
  - C.( ) Empenho, pagamento e liquidação
  - D.( ) Liquidação, empenho e pagamento